

- Cumprirem as condições legais necessárias para o exercício da atividade;
- Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação, sem prejuízo de em regulamentação específica aplicável ao FEADER e ao FEAMP se definir momento distinto;
- Disporerem de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- Não serem empresas em dificuldade, de acordo com a definição prevista no artigo 2º do Regulamento (UE) n.º651/2014, de 16 de junho;
- Apresentar uma situação líquida positiva, reportada ao pré-projecto;
- Declararem que não se trata de empresas sujeita a uma injunção de recuperação ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, conforme previsto na alínea a) do n.º4 do artigo 1.º do Regulamento (UE) n.º651/2014, de 16 de junho;
- Declararem que não tem salários em atraso;
- Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.
- Cumprirem os critérios de Pequena e Média Empresa (PME), devidamente comprovados pelo Certificado PME, devendo obter ou atualizar a Certificação Eletrónica prevista no Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 143/2009, de 16 de junho, através do sítio do IAPMEI (www.iapmei.pt), responsabilizando-se por manter a Certificação PME atualizada até ao encerramento do Projeto;
- Estarem registadas no portal PORTUGAL 2020;
- PME nacionais pertencentes ao Sector de Moldes e Ferramentas Especiais e/ou sectores complementares que demonstrem estabilidade e capacidade de produção/resposta a médio e longo prazo e com interesse em abordar os mercados visados;
- Empresas exportadoras e/ou empenhadas em iniciar processo de internacionalização;
- Possuam uma oferta de produtos e serviços adequada e enquadrada com o mercado a visitar;
- Demonstrem poder contribuir para o incremento da imagem do Sector e de Portugal;
- Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- Em caso do número máximo de empresas ser ultrapassado e de todas cumprirem os pontos anteriormente apresentados, a escolha será realizada por ordem de entrada das inscrições.
- A listagem final das empresas integradas nas ações a promover no âmbito do projeto terá em consideração os pontos acima descritos, os quais serão validados pela entidade promotora.
- As empresas participantes, para além de cumprirem com os critérios acima descritos, deverão ainda satisfazer os seguintes requisitos:
 - ✓ Suportar os custos não elegíveis, diretamente ligados à sua participação em atividades promocionais, nomeadamente feiras e missões;
 - ✓ Suportar os valores referente à parte não comparticipada das despesas elegíveis;
 - ✓ Outros custos definidos no contrato de pré-adesão.

Caso a Entidade Beneficiária não cumpra alguma das condições de elegibilidade, poderá integrar as ações, suportando contudo o custo total (não beneficiando do apoio financeiro). As empresas não PME encontram-se igualmente excluídas no âmbito dos apoios, suportando também o custo total das ações.

Os custos com as ações previstas no Projecto deverão ser suportados inicialmente a 100% pela Entidade Beneficiária, havendo lugar ao retorno do incentivo nas taxas previstas na legislação em vigor.

A participação nas ações de promoção colectivas apenas será validada após o envio da ficha de inscrição individual e do pagamento da primeira faturação correspondente a um adiantamento, mediante os estatutos das empresas participantes:

- Empresa Associada 650€;
- Empresa Não Associada 1.300€.

A restante faturação será acordada com as empresas participantes, mediante as condições de pagamento a fornecedores.

A organização destas ações pressupõe a participação de um grupo mínimo de empresas. Em caso de desistência, devoluções estarão sempre dependentes das políticas de reembolso dos fornecedores. A CEFAMOL não se responsabiliza pelo incumprimento de serviços fornecidos por terceiros, seleccionados pelas empresas participantes, individualmente ou em grupo.